

O COLAPSO AMBIENTAL  
É CAPITALISTA

LULA, TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COM  
PETRÓLEO NO AMAZONAS É FARSA!

LULA, AN ENERGY TRANSITION  
WITH AMAZON OIL IS A FARCE!

PSTU

LIT-QI



**CHEGA AO FIM COP30 DA  
FARSA E DOS CAPITALISTAS,  
QUE LEVAM A HUMANIDADE  
À CATÁSTROFE**

Pág. 30 a 45

## LUTAS

Mobilização contra  
a escala 6x1 volta  
às ruas

Pág. 21 a 25

## NACIONAL

Bolsonaro preso,  
e agora?

Pág. 16 a 20

# O QUE VOCÊ ENCONTRARÁ NESTA EDIÇÃO

Pág. 4 a 5

## Notas

Ratinho Júnior é novamente massacrado em consulta sobre “parceiros da escola”.  
Eduardo Barragán: um dirigente histórico do trotskismo parte, mas seu legado permanece.

Pág. 6 a 10

## Editorial

**LULA, A DEMOCRACIA E OS  
LUCROS DOS CAPITALISTAS**

Pág. 11 a 15

## Nacional

**A FALCATRUA MASTER QUE  
REVELA O PAÍS DOS  
BANQUEIROS**

Pág. 16 a 20

## Nacional

**BOLSONARO CONDENADO E,  
ENFIM, PRESO! E AGORA?**

Pág. 21 a 25

## Lutas

**SÓ A LUTA INDEPENDENTE  
PODE ACABAR  
COM A ESCALA 6X1**

Pág. 26 a 29

## Nacional

**PL ANTIFACÇÃO:  
TEXTO DE DERRITE É  
APROVADO COM  
POTENCIAL ATAQUE  
A MOVIMENTOS SOCIAIS**

Pág. 30 a 45

## Centrais

**COP30 FOI MAIS UMA VITÓRIA  
DA INDÚSTRIA FÓSSIL, ENQUANTO  
HUMANIDADE CAMINHA PARA A  
BARBÁRIE CLIMÁTICA**

Pág. 46 a 50

## Opressões

**LULA SANCIONA LEI QUE PROÍBE  
LINGUAGEM NEUTRA**

Pág. 51 a 54

## Internacional | Palestina

**RESOLUÇÃO DA ONU É SINAL  
VERDE PARA GENOCÍDIO E  
LIMPEZA ÉTNICA NA PALESTINA**

Pág. 55 a 62

## Opressões | Novembro Negro

**DIA DE LUTA DA CONSCIÊNCIA  
NEGRA REFORÇA DEBATE SOBRE  
VIOLÊNCIA POLICIAL E COBRA  
REPARAÇÃO HISTÓRICA**

Pág. 63 a 66

## Cultura

**A REBELDIA NECESSÁRIA DE  
JARDS MACALÉ (1943-2025)**

# CONTRIBUA PARA UMA IMPRENSA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

O Opinião Socialista é o jornal oficial do PSTU. Nestes mais de 28 anos, o Opinião sempre se firmou de forma contundente como uma imprensa operária, de esquerda, um contraponto à hegemonia da mídia burguesa. Durante esses anos, o jornal adquiriu diferentes formatos ou periodicidade. Mas esteve sempre ligado à luta de classes.

Para continuar defendendo uma visão socialista do mundo a serviço da classe trabalhadora, o Opinião pede a sua contribuição. Faça uma contribuição e fortaleça uma ferramenta para a discussão de uma estratégia socialista para se mudar de fato a realidade. Confira abaixo como você pode contribuir.

## OPINIÃO SOCIALISTA

Banco do Brasil  
Agência: 4054-1  
Conta: 26751-1  
PIX: 55.446.524/0001-00



**EXPEDIENTE**

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ: 06.021.557/0001-95 /Atividade Principal 47.61-0-01

**JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Mariúcha Fontana (MTb 14555)

**REDAÇÃO:** Diego Cruz, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

**DIAGRAMAÇÃO:** Ana Sbabbo

## CONTATOS

📷 @opiniaosocialista

📞 Clique aqui e fale conosco pelo WhatsApp

✉️ [opinião@pstu.org.br](mailto:opinião@pstu.org.br)

🏠 Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista - São Paulo (SP) CEP: 01313-000

### PARANÁ

# Ratinho Júnior é novamente massacrado em consulta sobre “parceiros da escola”

O governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), foi novamente “massacrado” na consulta pública realizada com o intuito de privatizar a Educação no estado. Das 96 escolas em consulta, 84 atingiram o quórum mínimo para apuração; dessas, 82 disseram NÃO ao programa Parceiros da Escola e apenas 2 aprovaram a adesão ao projeto. A nova rodada ocorre um ano após o governo ter sido duramente derrotado na consulta de 2024. No ano passado, o governador foi derrotado em 82 das 93 escolas que atingiram quórum na consulta pública.

Os problemas desses modelos ficam evidentes nas redes sociais, em que integrantes das comunidades escolares da rede pública paranaense relatam situações de assédio moral, cobrança de metas abusivas e péssimas condições de trabalho.

No primeiro semestre de 2025, duas professoras morreram durante o expediente de trabalho. A pressão por metas nas avaliações em larga escala e as exigências de preenchimento de plataformas de ensino expressam uma lógica que desconsidera a educação como processo de relações humanas e transforma a escola em uma espécie de empresa orientada à produção de números e índices.

PRESENTE

## **Eduardo Barragán: um dirigente histórico do trotskismo parte, mas seu legado permanece**

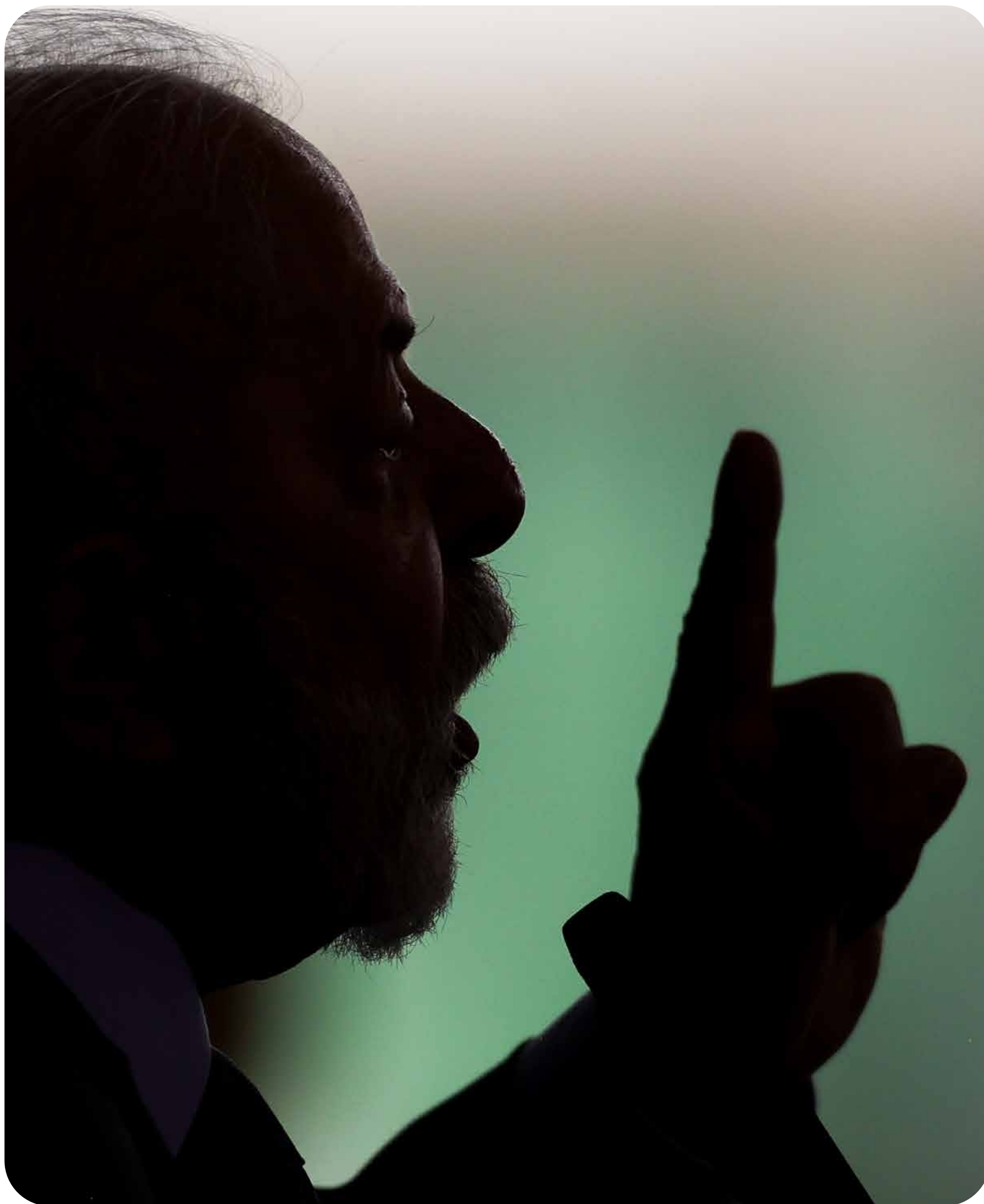


Eduardo Barragán faleceu no dia 11 de novembro, deixando um legado de luta e de uma vida dedicada à construção de uma internacional revolucionária que fosse ferramenta de libertação da classe trabalhadora e das massas de toda a exploração e opressão do capitalismo.

Nascido na Colômbia, atuou ativamente ao lado de Nahuel Moreno ainda nos anos 1970. Juntos, fundaram a Tendência Bolchevique e, depois, a Fração Leninista Trotskista, ainda nos marcos da batalha interna dentro do Secretariado Unificado (SU). No começo dos anos 1980, foi girado para a Argentina, onde participou da fundação da LIT-QI, em 1982, e onde também passou grande parte de sua militância política.

Barragán, presente! Até o socialismo e sempre! ■

# Lula, a democracia e os lucros dos capitalistas



*Lula durante cerimônia de sanção ao projeto que amplia a faixa de isenção do IR | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil*

Enquanto fechávamos esta edição, Lula afirmava que a extrema direita cresce porque “o povo deixou de acreditar na democracia”. Mas segue defendendo esta democracia que, para ele, “é o direito de votar, mas é o direito de comer, de trabalhar, de estudar, de ter acesso à cultura, ao lazer. É isso que é a democracia”. Lula, no entanto, não responde à questão principal: por

que este regime é incapaz de garantir vida digna à grande maioria da população, gerando frustração entre os trabalhadores?

Nas últimas décadas, os trabalhadores não viram melhorias reais em suas vidas. Pelo contrário, a precarização, o desemprego e a desigualdade avançaram. Isso é assim porque os problemas estruturais do país não só continuam como foram aprofundados. Segue a subordinação aos países imperialistas, a dominação das multinacionais, uma profunda desigualdade social fomentada por uma elite burguesa subserviente aos monopólios estrangeiros e violenta contra os de baixo. Ao ponto que o Brasil passa por um processo de desindustrialização e rebaixamento na divisão internacional do trabalho, ficando em uma posição bastante limitada de exportador de commodity e outras matérias-primas.

### **O PT GOVERNOU QUASE METADE DO PERÍODO PÓS-REDEMOCRATIZAÇÃO**

Um problema fundamental do Brasil é que o processo de redemocratização, fruto da luta pelo fim da ditadura, avançou muito pouco com relação aos direitos sociais dos trabalhadores. Na verdade, mesmo os direitos democráticos contaram com muitos limites, ficando entulhos autoritários na nova Constituição. Haja vista, por exemplo, o papel das Forças Armadas, o famigerado Artigo 142, a ausência de reforma agrária, o papel das polícias militares e até mesmo uma forma de Estado bastante afastada do povo.

Esse processo revelou o limite da estratégia defendida pelas correntes majoritárias da

esquerda: primeiro “unir-se à burguesia pela democracia”, depois lutar contra essa mesma burguesia pelos direitos sociais. Quase quatro décadas depois, está provado: essa via não funciona.

Lula é parte fundamental dos problemas que assolam o país. De 37 anos de redemocratização, o PT governou durante 15. Hoje faz justamente um governo com setores da direita e da burguesia. Por isso seu governo não resolve a miséria, a fome ou a desigualdade. Funciona, isto sim, para manter os excluídos ainda mais excluídos e preservar os lucros dos bilionários. Por isso, mesmo os supostos avanços muito pequenos que Lula gosta de dizer que conquistou nos governos anteriores desapareceram rapidamente com Bolsonaro. O próprio Lula lamenta “milhões voltando à fome”, mas evita a conclusão óbvia: se conquistas podem ser destruídas em poucos anos, é porque foram frágeis, adaptadas aos limites do capitalismo e incapazes de alterar as estruturas que produzem a desigualdade. Nada mudou na base, por isso tudo voltou.

### **DEMOCRACIA PARA QUEM?**

Enquanto Lula fala em “democracia com direitos sociais”, os capitalistas, com a ajuda de seu governo, acumulam lucros recordes. As empresas da B3 (antiga Bovespa) registraram R\$ 244 bilhões em lucros apenas no primeiro semestre de 2025, um aumento de 39% em relação ao mesmo período de 2024. O Itaú obteve, em 2024, um lucro líquido de R\$ 40,2 bilhões, o maior já alcançado por um banco privado no país. A Petrobras, celebrada pelo governo como motor

de desenvolvimento, lucrou R\$ 61,8 bilhões no segundo semestre de 2025, impulsionada pela expansão da produção de petróleo, inclusive na Amazônia, cuja exploração foi liberada pelo próprio governo.

Lula apresenta a democracia como valor universal, acima das classes sociais, como se fosse possível uma democracia para todos, patrões e trabalhadores. Defende a visão de que basta “aperfeiçoar o regime”. A democracia atual não é capaz de resolver os problemas que causam a miséria e a desigualdade tão sentidas pelos trabalhadores, justamente porque é uma democracia dos e para os ricos. Esse regime continuará funcionando assim, excluindo os trabalhadores e levando milhões à miséria enquanto o sistema capitalista persistir.

### **A SAÍDA NÃO ESTÁ NOS LIMITES DO CAPITALISMO**

O crescimento da extrema direita não é um fenômeno meramente brasileiro, mas mundial, inclusive em países imperialistas, que historicamente puderam oferecer mais direitos sociais por explorarem nações periféricas. Hoje, até esses países enfrentam estagnação econômica, desmonte do Estado de Bem-Estar Social, crescimento da pobreza e desigualdade. Enquanto isso, a extrema direita se desenvolve alimentada pela frustração com os regimes de democracia burguesa que alternam governos de direita tradicional e esquerda capitalista, mas nada mudam.

A democracia burguesa no mundo entrega exatamente o que foi construída para entregar: lucros para bancos, petrolíferas, mineradoras e

latifundiários. O fracasso em garantir direitos sociais não decorre de falta de democracia, mas do fato de que a democracia vigente está a serviço dos capitalistas. Quando governos reformistas preservam essas estruturas, mas prometem melhoria social, inevitavelmente geram frustração, terreno onde a extrema direita cresce. O problema não está no povo que “deixa de acreditar”, mas no próprio limite da esquerda capitalista e da direita tradicional, responsáveis por garantir o rebaixamento e a piora da vida dos trabalhadores. E dão espaço para a extrema direita, a encarnação autoritária da barbárie capitalista.

A saída para a crise social e ambiental não está em ampliar a participação dentro dos limites da democracia burguesa. Um governo que tenta conciliar interesses irreconciliáveis, bilionários capitalistas e trabalhadores, termina servindo ao capital. Tampouco a saída é o caminho proposto pela extrema direita, que é autoritarismo capitalista. A alternativa é outra: construir um poder dos trabalhadores sem patrões, capaz de tomar os meios de produção, estatizar bancos e setores estratégicos, planificar a economia para atender às necessidades humanas e garantir direitos reais: comida, moradia, cultura, trabalho digno e preservação ambiental.

Lula pede que confiemos na democracia dos ricos. A classe trabalhadora precisa confiar em si mesma. Só uma democracia dos de baixo socialista, baseada no poder direto dos trabalhadores, pode enfrentar e derrotar as raízes da extrema direita, da fome e da destruição ambiental em curso. ■

# A falcatrua Master que revela o país dos banqueiros

*Prisão de Vorcaro, que fugia de jatinho mostra como banqueiros e políticos são a verdadeira organização criminosa, e as principais vítimas são os trabalhadores*



**DIEGO CRUZ,  
DA REDAÇÃO**



*Daniel Vorcaro, CEO do Banco Master: prisão e liquidação | Foto: Divulgação*

A prisão de Daniel Vorcaro e a liquidação do Banco Master seria mais um caso de fraude bancária não fosse por dois fatores. Um é o tamanho do rombo: R\$ 41 bilhões, o maior da história do país. Dois, as relações políticas que sustentaram um esquema criminoso que por anos contou com a cumplicidade de instituições como o Banco Central.

O Master era chamado nos corredores de “banco do centrão”, cujos padrinhos eram o presidente

do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente do União Brasil, Antonio Rueda. O senador Ciro Nogueira (PP-PI) atuou ativamente em prol do banco no Congresso Nacional, conseguindo aplastar uma tentativa de CPI, entre outras medidas.

O banqueiro contou ainda com a “assessoria” de Guido Mantega, do PT, além de pagar eventos para o Supremo Tribunal Federal (STF) e contratar gente como o ex-ministro do tribunal e atual ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e o escritório jurídico da esposa de Alexandre de Moraes. Até mesmo o ex-presidente Michel Temer foi convocado para livrar o banqueiro quando a vaca já estava praticamente no brejo.

### **ENTENDENDO A MUTRETA**

Sob direção de Daniel Vorcaro, o banco Master cresceu dez vezes, e sua carteira de crédito se multiplicou por cinco nos últimos quatro anos. O que acontece, porém, é que grande parte dessas carteiras simplesmente não existia e só servia para dar lastro a emissões de CDB que pagavam muito acima do valor de mercado.

O Banco Master emitiu nada menos que R\$ 50 bilhões em CDB. Na prática, funcionava como um esquema de pirâmide: para pagar o rendimento oferecido, era preciso que cada vez mais dinheiro entrasse. Ou que parecesse que havia dinheiro entrando. Para amparar o esquema, o banqueiro chegou a fundar uma empresa de fachada, a Tirreno, para simular a compra de títulos de crédito. Era tão descarado que o dono da empresa era um funcionário do próprio Banco

Master. Vorcaro pegou esses créditos de mentirinha e vendeu R\$ 12 bilhões de títulos ao Banco de Brasília (BRB), um banco estatal comandado pelo governo do Distrito Federal.

Ao mesmo tempo, o banqueiro tentava vender o próprio Banco Master ao BRB. Isso num momento em que já era evidente que o navio já estava afundando e Vorcaro já sonhava com a Polícia Federal batendo à porta. Fosse pelo governo Ibaneis, o Distrito Federal já teria assumido o rombo do Master e ainda o manteria no comando da instituição.

Foram quase cinco anos de uma fraude descarada, sob o nariz do então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com o conhecimento de todos os outros bancos. A situação só foi “resolvida” porque a ganância de Vorcaro começou a colocar todo o sistema financeiro em risco.

---

**O esquema fraudulento do banco era explícito e conhecido por toda a Faria Lima, e, inclusive, o Banco Central, que deveria “regular” o sistema financeiro**

---

**ENTENDA**

## **Mecanismo de fraude**

Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) são títulos de renda fixa, considerados um investimento seguro. Na prática, vêm substituindo a poupança, que hoje paga menos

que a inflação. Parte desses títulos são assegurados pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), mantido por vários bancos. Essa fraude prejudica a população. O dinheiro que os bancos colocam no FGC é o mesmo que pegam de seus clientes (para emprestar a juros exorbitantes), ou seja, eles vão cobrir o rombo com parte do que deveriam devolver ao público. É assim no capitalismo: os lucros são apropriados por meia dúzia, e o prejuízo socializado por milhões.

---

## CAPITALISMO

### **Banqueiro comete crime, mas quem paga são os trabalhadores**

Não foi só o povo do DF que saiu prejudicado nessa história. Para manter a vida de luxo e ostentação, Daniel Vorcaro pegou o dinheiro de 18 fundos de previdência de estados e municípios. Só a Rioprevidência, que paga aposentadoria e pensões a 235 mil servidores inativos do Rio de Janeiro, aportou R\$ 2,6 bilhões neste mico entre 2024 e 2025. Outro fundo que sustentou o esquema do banqueiro é a Amprev, dos servidores do Amapá, dirigido por um apadrinhado de Alcolumbre, que despejou R\$ 400 milhões no banco.

Em geral, os fundos de previdência dos servidores são deficitários, pois, em vez de garantir a subsistência dos trabalhadores dos serviços públicos após décadas de serviço, vão irrigar esse tipo de falcatrua. E para sanar isso, em vez de pegar de volta o dinheiro roubado, os governos respondem com novas reformas da

Previdência, assaltando de novo os trabalhadores.

### **PAÍS DE TODOS OU DOS BANQUEIROS?**

O escândalo do Banco Master é mais um sintoma do grau de decadência e retrocesso do país. No marco de um processo de subordinação cada vez maior ao imperialismo e de desindustrialização, os bancos parasitam o país, roubando as riquezas produzidas pelos trabalhadores. Seja por meios “legais”, como as obscenas taxas de juros que remuneram grandes fundos estrangeiros de investimento via mecanismo da dívida pública (que consumiu 42,39% das despesas da União em 2024), seja por meio de fraude descarada e criminosa.

Enquanto o roubo legalizado se dá por meio da política econômica do governo, garantido pelo arcabouço fiscal, a fraude não é fruto de um gatuno isolado, mas praticada pelo mesmo BC que deixa os juros na estratosfera para enriquecer banqueiros, o próprio sistema financeiro e os políticos no Congresso Nacional. ■



*Fachada Banco Master | Foto: Reprodução*

EXTREMA DIREITA

# Bolsonaro condenado e, enfim, preso! E agora?



DA REDAÇÃO



Na manhã de 22 de novembro, um sábado, o país acordou com uma notícia que muitos aguardavam: finalmente Jair Bolsonaro ia para a cadeia por tentar um golpe de Estado e impor uma ditadura. O fato de sua prisão ter sido adiantada por ele ter violado a tornozeleira eletrônica com uma solda apenas confere um tom tragicômico às desventuras do golpista. Três dias depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o cumprimento da pena do general Augusto Heleno, eminência parda do desgoverno Bolsonaro, além dos ex-ministros Anderson Torres, Paulo Sérgio Nogueira e Walter

Braga Netto, este já em prisão preventiva. Do chamado “núcleo duro” do golpe, só Alexandre Ramagem não enfrentou cana, pois, como todo bolsonarista covarde, escafedeu-se para debaixo das asas de Trump, nos EUA.

Ainda que Bolsonaro já fosse visto como carta fora do baralho para 2026, sua prisão, assim como a dos oficiais golpistas, não deixa de ser um fato inédito no país, digno de toda a comemoração por parte dos trabalhadores e dos setores mais oprimidos que sofreram sob seu governo. No entanto, a ultradireita está longe de ter sido definitivamente derrotada, e segue disputando o país. Principalmente diante de um governo Lula que faz muito pouco para enfrentar os bolsonaristas, já que prefere as alianças com a direita e o centrão, ao mesmo tempo que mantém intactas as engrenagens do sistema capitalista que agrava as desigualdades sociais e alimenta a ultradireita.

## **CRISE DO BOLSONARISMO ACELERA REORGANIZAÇÃO DA ULTRADIREITA**

A prisão acelera a desmoralização do bolsonarismo. Primeiro, a tentativa de anistia fez água. Depois, Trump deu de ombros para a família Bolsonaro quando percebeu que não precisa dela para colocar as mãos nas cobiçadas terras raras, já que o próprio governo Lula as colocou na mesa de negociação, assim como o mercado de data centers, no contexto do tarifaço. Por fim, setores da própria extrema direita respiram aliviados, já que esse desfecho abre espaço para uma alternativa unificada para 2026.

As fileiras estão se cerrando em torno do nome de Tarcísio de Freitas (Republicanos), mas outras figuras estão no páreo, como os governadores Ronaldo Caiado (União Brasil), Ratinho Júnior (PSD), ou, mais recentemente, Cláudio Castro (PL), que vem se projetando nacionalmente em cima da pilha de 117 mortos que sua polícia deixou na maior chacina da história do Rio de Janeiro – e do Brasil.

Embora o governo Lula atenda a burguesia e o imperialismo em absolutamente tudo, um setor prefere uma alternativa ainda mais violenta, que junte um Milei (Argentina) na economia e um Bukele (El Salvador) na segurança pública. Isso significa um neoliberalismo sem freios que acelere a privatização e a entrega do país que o governo Lula já vem fazendo, pulverize políticas públicas e aplique uma política de extermínio e genocídio da juventude negra, com o encarceramento em massa, sem mediação.

---

## POLARIZAÇÃO

# **Para derrotar a extrema direita, é preciso enfrentar o capitalismo**

Tudo caminha para uma eleição polarizada em 2026. No entanto, ao contrário de 2022, essa polarização não se dará entre a manutenção das liberdades democráticas (ainda que restritas nessa democracia dos ricos) e uma ditadura aberta, mas sim em torno de projetos e um programa político. E a ultradireita conta com uma base consolidada para voltar ao poder.

Isso ocorre porque o que alimenta a extrema

direita é justamente o processo de decadência, retrocesso e desagregação social pelo qual o Brasil passa. Processo este mantido pelo atual governo Lula, que impõe o arcabouço fiscal que corta gastos públicos para remunerar os detentores de títulos da dívida. Entrega cada vez mais o país, seja diretamente ou pelas Parcerias Público-Privadas (PPP). Impõe uma política econômica que mantém uma massa de trabalhadores no subemprego, na uberização, e uma ampla camada da juventude sem qualquer perspectiva de futuro.

Se o governo Lula aposta suas fichas no respiro momentâneo da economia e na limitada isenção do Imposto de Renda, cujo efeito tende a desaparecer com a inflação, a extrema direita se agarra ao discurso do enfrentamento da violência urbana, um problema real, que atinge em cheio a classe trabalhadora e é justamente fruto desse processo de decadência e desagregação.

Diante disso, o governo, e setores da esquerda como as correntes majoritárias do PSOL, defendem ampliar ainda mais a política de frente amplíssima, com setores da própria direita. É uma política de pisar no acelerador na beira do abismo.

## **PROJETO REVOLUCIONÁRIO E SOCIALISTA**

Para derrotar a extrema direita, de forma definitiva, é preciso mudar as condições sociais e econômicas do país. E isso é impossível sem derrotar a política econômica do governo Lula, o arcabouço fiscal e parar a entrega do país ao imperialismo, seja o estadunidense, seja o chinês.

É necessário um programa da classe trabalhadora e uma alternativa revolucionária e socialista, de ruptura com o imperialismo, que unifique a classe trabalhadora e os setores oprimidos em torno a um projeto que garanta emprego, renda, terra, atacando os bilionários e os grandes monopólios que hoje dominam a economia do país. ■



*Arthur Lira e Tarcísio de Freitas Foto Marina Ramos/Câmara dos Deputados*

23 DE NOVEMBRO MOSTRA O CAMINHO

## Só a luta independente pode acabar com a escala 6x1



RENATA FRANÇA,  
DE SÃO PAULO (SP)



*Presidente da Câmara Hugo Motta*

Os atos do domingo, dia 23 de novembro, recolocaram a luta pelo fim da escala 6x1 nas ruas e deixaram um recado direto: se depender da classe trabalhadora, essa pauta não será enterrada pelos governantes.

Ao mesmo tempo, abriram um debate necessário: qual é o nosso campo real nessa batalha? Depois de meses apostando na pressão institucional, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) segue travada, e o governo tenta empurrar a responsabilidade para o Congresso Nacional, fingindo não ter nenhuma responsabilidade.

Voltar às ruas mostra que nenhum direito virá de cima. Será nas greves, paralisações e ações diretas que abriremos o caminho para derrotar essa escala desumana.

## **HUGO MOTTA TRAVA A PEC 8/2025, MAS NÃO ESTÁ SOZINHO**

Enquanto a classe trabalhadora se mobiliza, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) mantém a PEC 8/2025 congelada. Ele não age isolado: o Congresso é um balcão de negócios dos patrões, no qual qualquer pauta trabalhista é bloqueada, enquanto as reformas neoliberais avançam sem pudor. Não é de se espantar que os deputados que trabalham 3×4 atuem como linha auxiliar dos grandes empresários que financiam suas campanhas – muitos dos que mais lucram com jornadas longas, exaustivas, inclusive com a imposição de até dez dias trabalhados sem folga.

A narrativa de que “o Congresso é conservador” serve para esconder que esse travamento é funcional ao governo Lula e ao empresariado que ele próprio se comprometeu a “não assustar”.

---

**Voltar às ruas mostra que nenhuma conquista virá do governo ou do Congresso Nacional, mas da luta direta.**

---

## **ENROLAÇÃO**

### **Lula prometeu, mas nem se mexeu**

No Primeiro de Maio, Lula afirmou que era hora

de “aprofundar o debate” sobre o fim da escala 6×1 e prometeu que seria sua prioridade. Da fala à prática, nada: nem um projeto do Executivo, nem uma articulação para destravar a PEC, nem uma medida concreta para impedir jornadas abusivas. Quanto mais o tempo passa, mais evidente fica a tática: o governo empurra a responsabilidade ao Congresso enquanto controla os movimentos sociais e governa para os de cima.

É o mesmo método aplicado por Boulos, recém-empossado ministro, que diante da pressão indígena na COP30 defendeu uma “consulta prévia” que era uma farsa, pois não revogava o decreto que abre caminho para privatizar os rios amazônicos.

Com a escala 6×1, o roteiro é idêntico: prometer, criar fóruns, deixar a PEC rodar pelas comissões e no final não entregar nada.

---

**NEM OUVIR, NEM NEGOCIAR**

## **É preciso enfrentar aqueles que nos exploram**

Hugo Motta tenta justificar o engavetamento dizendo que precisa “ouvir quem emprega”. Lula, por sua vez, propõe “convocar empresários e trabalhadores para uma mesa de negociação”. Não há dúvida de que o Congresso dominado pela extrema direita é inimigo do povo. Mas Lula, ao apostar na conciliação, termina defendendo os interesses patronais numa conjuntura em que os capitalistas buscam ampliar a exploração, intensificar o ritmo de trabalho e alongar jornadas.

A reforma trabalhista e a lei das terceirizações precarizaram tudo, obrigando milhões a dobrar a jornada em dois empregos ou fazer bicos para complementar a renda. No mesmo sentido, vai a “pejotização” legalizada pelo STF e pelo PL dos aplicativos, que permite jornadas de até 12 horas.

No mundo não é diferente: a Grécia aprovou jornadas de até 13 horas; nos EUA, avança a escala 996 importada da China; mesmo países que testaram a semana de quatro dias o fizeram apenas onde era funcional ao capital, enquanto milhões vivem sob contratos precários, intermitentes e por peça, sem garantia mínima de salário. A lógica é a mesma em todos os lugares: a conciliação não funciona porque o objetivo das empresas é sempre explorar mais.

---

## ÀS RUAS

# Um programa para mobilizar os trabalhadores e enfrentar os capitalistas

O enorme apoio popular ao fim da escala 6×1 mostra uma explosão silenciosa: trabalhadores exaustos, adoecidos, sem tempo para viver. A escala é símbolo máximo desse esgotamento. Para abolir de vez as jornadas abusivas e reduzir a carga semanal para 30 horas, é preciso atacar os lucros dos capitalistas. Isso exige um programa classista que comece pela revogação de todas as reformas neoliberais – trabalhista, previdenciária, terceirizações e o modelo de “autônomos” por aplicativo – e impeça a pejotização irrestrita.

É preciso defender o fim do arcabouço fiscal e a taxaçaõ progressiva das 250 maiores empresas para financiar a reduçaõ da jornada nos pequenos negócios, com ameaça real de expropriaçaõ dos conglomerados que descumpram a lei ou sabotem o processo.

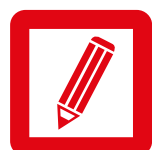
Após a retomada das ruas no 23N, precisamos reunir movimentos e organizaçaões de classe para construir essa plataforma e preparar um calendário de açãõ nos locais de trabalho. É dessa força que surgirá o caminho para derrotar a escala 6x1, não das promessas vazias de quem governa para os de cima.■



*Protesto pelo fim da escala 6x1*

## PROJETO DE LEI ANTIFACÇÃO

# Texto de Derrite é aprovado com potencial ataque a movimentos sociais



ISRAEL LUZ, DE SÃO PAULO (SP)  
LUIZA ROSATI, DO RIO DE JANEIRO (RJ)



Após várias idas e vindas, o Projeto de Lei Antifacção foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 18 de novembro. Em versão patrocinada pelo presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB) e relatado por Guilherme Derrite (PP-SP), o PL original era uma aposta de Lula para “mostrar serviço” no combate ao crime organizado. Além de repetir a velha receita do endurecimento de penas, o texto tem potencial ataque contra movimentos sociais.

Projeto repete a aposta no endurecimento penal. O centro do PL é aumentar as penas para crimes relacionados às facções. Antes de problematizar essa orientação, vejamos alguns pontos.

O projeto define organizações criminosas ultraviolentas ou simplesmente facções criminosas como o agrupamento de três ou mais pessoas que emprega violência, grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, intimidar populações ou autoridades ou atacar serviços e infraestrutura essenciais.

O texto aprovado cria o crime de domínio social estruturado, praticado por membros de facção criminosa, paramilitar ou milícia privada que realizem ações como as acima listadas. Também prevê punição para o favorecimento desse crime, caracterizado basicamente por qualquer apoio às facções.

Se uma pessoa praticar crimes análogos aos das facções, ainda que não faça parte delas, as penas podem variar de 12 a 30 anos.

Lideranças dos grupos criminosos deverão cumprir a pena obrigatoriamente isoladas em presídios federais.

Altera o destino de verbas advindas de bens apreendidos em operações. Em vez de se destinarem à Polícia Federal, agora serão divididas com fundos estaduais. O Ministério da Justiça se posicionou contrário a isso, pois prejudicaria ações de combate ao crime. Esse é um dos pontos de maior divergência com o governismo, que promete atuar para modificá-lo no Senado.

## **DERRITE, CAPANGA DE TARCÍSIO**

Por trás das movimentações atabalhoadas de Derrite, que fez seis versões do PL em uma semana, está Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP). A liberação do secretário para voltar à Câmara temporariamente para relatar o projeto é parte de uma estratégia maior de dar visibilidade não só ao aspirante ao Senado, mas ao próprio governador.

Em evidência nacional por ser apontado como provável substituto de Jair Bolsonaro, Tarcísio sempre teve como um dos eixos do seu governo a linha dura contra o crime. Ações como as chacinas da Operação Escudo e Verão no litoral paulista (2023-2024), a resistência inicial ao uso de câmeras corporais pela PM, o “não tô nem aí” para denúncias de abuso policial e agora o PL servem como carta de apresentação para o eleitorado de outros estados.

## **CRIMINALIZAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS À VISTA?**

Uma questão que não está sendo muito comentada é o potencial de criminalização de movimentos sociais contido no PL. A definição de facção trazida por Derrite é ampla o suficiente para ser usada contra movimentos que fechem estradas, ocupem terras ou realizem protestos em instalações públicas. Argumentos como “intimidação de autoridades”, “ataque a serviços e infraestrutura essenciais” já são usados hoje para atacar o direito de manifestação daqueles que lutam por melhores condições de vida, invertendo completamente a lógica de quem defende os serviços públicos, os direitos sociais ou territórios.

## MAIS REPRESSÃO

# Diferentes versões do PL, uma estratégia semelhante

Quando Lula (PT) enviou ao Congresso Nacional o PL Antifacção em caráter de urgência, o destaque já era a ampliação das penas para membros de facções criminosas. Repetindo a tática da PEC da Segurança, o governo novamente buscava passar à ofensiva, agora no contexto da chacina de Cláudio Castro no Rio. Só não contava com o “furto com abuso de confiança”, palavras de um indignado Lindbergh Farias (PT-RJ) ao se referir ao fato de Motta passar a relatoria a Derrite. Mas o incômodo do governo em grande parte foi com o fato de ver tirado seu protagonismo como repressor do crime, não propriamente de orientação geral do projeto.

O ministro Guilherme Boulos (PSOL-SP), por exemplo, apontou corretamente que Derrite tentou passar uma PEC da Blindagem 2.0 ao propor obstáculos à Polícia Federal, responsável por combater crimes do colarinho branco. Mas é sintomático que o foco no aumento de pena já contido no PL original não seja seriamente questionado pelo PT e pelo PSOL.

O problema da esquerda oficial no campo da segurança pública não é “defender bandido”, mas repetir fórmulas semelhantes à direita, em especial quando está ao poder. A letalidade da PM baiana, estado governado pelo PT, mais alta que a da polícia de Tarcísio, não deixa dúvidas sobre isso. Os resultados das políticas de segurança aplicadas nas últimas décadas no Brasil mostram que a ampliação das penas relativas ao tráfico de drogas não resultou em diminuição das facções ou dos crimes. ■

## MEIO AMBIENTE

# COP30 foi mais uma vitória da indústria fóssil, enquanto humanidade caminha para a barbárie climática



JEFERSON CHOMA,  
DIRETO DE BELÉM (PA)



*Indígenas são reprimidos durante protesto na Área Azul | Fotos Públicas*

A COP30 foi mais uma vitória da indústria fóssil – o que não surpreende quem acompanha essas conferências. Mas, desta vez, foi ainda mais frustrante porque, no início da conferência, havia menções a um suposto “mapa do caminho” para reduzir gradativamente a queima de combustíveis fósseis nos próximos anos.

No entanto, esse “mapa do caminho” se revelou mais uma fantasia diante da gigantesca pressão da indústria fóssil. A COP terminou sem um plano

para a eliminação dos combustíveis fósseis e sem metas de financiamento para a adaptação climática. Aliás, apesar de os combustíveis fósseis serem os principais responsáveis pelo aquecimento global, a menção explícita à necessidade de acabar com eles sempre é retirada dos documentos finais das COP. Mais uma vez, a conferência se mostrou um balcão de negócios dos capitalistas inimigos do clima e do meio ambiente. Circularam pela Zona Azul pelo menos 1.600 lobistas do petróleo, formando uma delegação maior que a de todos os países individualmente, exceto o Brasil, país-sede da COP30.

Além de muito *greenwashing* (lavagem verde, prática de marketing enganosa na qual empresas poluidoras se promovem como sustentáveis), a COP30 foi palco de episódios bizarros, como a presença de um espaço do agronegócio brasileiro – a Agrizone –, onde se reuniram latifundiários responsáveis pela destruição das florestas brasileiras e pelo assassinato de ativistas socioambientais. Essa turma chegou a fazer um churrasco na Agrizone, reunindo inclusive latifundiários implicados no assassinato da missionária Dorothy Stang, executada em 2005 em Anapu (PA).

---

## RABO PRESO

# Mobilizações expõem contradições do governo Lula

O Brasil tenta se apresentar como líder na construção de um “roteiro” para a transição energética. Lula fez belos discursos sobre a

necessidade de reduzir os combustíveis fósseis e sobre os povos da Amazônia, mas não conseguiu esconder a gritante contradição de sua prática política. Além de liberar a exploração de petróleo na Amazônia semanas antes da COP30, o governo vem preparando verdadeiras bombas climáticas que podem levar a maior floresta tropical do mundo ao colapso, como a pavimentação da BR-319 e a criação de hidrovias nos rios amazônicos (por decreto presidencial e sem consulta às comunidades tradicionais afetadas, como exige a lei) para facilitar o escoamento de soja, milho e ferro explorado na região.

Foi por essa razão que a COP30 foi marcada por vários protestos, protagonizados sobretudo por indígenas, que bloquearam o acesso das delegações diplomáticas à Zona Azul, ocuparam o local no primeiro dia da conferência, participaram de marchas e fizeram declarações indignadas contra as políticas do governo Lula, exigindo a demarcação imediata de seus territórios.

O auge dos protestos populares foi a Marcha Global pelo Clima, um dos principais eventos da Cúpula dos Povos, evento paralelo à COP, que reuniu, no dia 15 de novembro, entre 50 mil e 70 mil pessoas – entre povos indígenas, ativistas e movimentos sociais de todo o mundo – que não pouparam críticas ao capitalismo e ao governo brasileiro.

O PSTU esteve presente na marcha, na coluna da CSP-Conlutas, com aproximadamente 200 ativistas, entre quilombolas, indígenas,

sindicalistas, estudantes e operários da construção civil de Belém.

Diante do clima de mal-estar, o governo Lula mobilizou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (REDE), a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara (PSOL), e Guilherme Boulos (PSOL), agora ministro da Secretaria-Geral, para tentar contornar a mobilização. Boulos propôs uma “consulta prévia” depois de o decreto que abre caminho para a criação das hidrovias já ter sido editado. Em vez de defender sua revogação imediata, Boulos apresentou uma medida sem efeito real, vista pelos povos indígenas como manobra para desmobilizar a resistência e facilitar projetos do agronegócio. Os indígenas exigem a revogação do decreto, o respeito ao direito à consulta e o fim de empreendimentos que ameaçam seus territórios.

---

**A COP30 foi marcada por protestos, protagonizados sobretudo por indígenas.**

---

**DEBATE**

## **Capitalismo verde é farsa**

Além de muito greenwashing, a COP foi dominada por propostas do chamado “capitalismo verde”, como os créditos de carbono, que são ativos financeiros negociados nas bolsas de valores e permitem aos poluidores emitir gases de efeito estufa a um custo menor, em relação a multas e sanções. É como um vale-refeição que permite aos capitalistas

comprar o direito de continuar poluindo e desmatando. Na outra ponta, o mercado de créditos de carbono prejudica comunidades tradicionais e indígenas por meio de fraudes, desrespeito aos direitos territoriais e limitações às atividades de subsistência.

Outra iniciativa são os fundos para a proteção das florestas tropicais, muito alardeados pelo governo Lula e por Marina Silva. O Tropical Forest Forever Facility (TFFF) promete proteger as florestas, mas prioriza investidores do mercado financeiro. Segundo estudo do Instituto Arayara, mais de 95% do rendimento anual do TFFF não é direcionado à conservação e sequer chega aos territórios, mas ao sistema financeiro.

“A natureza vira colateral; os povos da floresta, beneficiários residuais. Isso não é compatível com o discurso de justiça climática. (...) Sem salvaguardas, o fundo pode financiar setores que destroem a Amazônia e enfraquecer mecanismos como o Fundo Amazônia”, avalia criticamente o Instituto.

## **MUNDO CAMINHA PARA A BARBÁRIE CLIMÁTICA**

Enquanto as COP são espaços para grandes negociações do capitalismo fóssil e extrativista, um novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) reforça o avanço acelerado da crise climática e o fracasso iminente das metas estabelecidas no Acordo de Paris. Segundo o documento, mesmo que todos os compromissos atualmente assumidos pelos países sejam integralmente cumpridos, a temperatura média global deve aumentar entre 2,5°C e 2,9°C até o fim do século – um patamar

considerado extremamente perigoso por cientistas.

Isso significaria cruzar vários pontos de não retorno, tornando o aquecimento global incontrollável. Um mundo acima de 2°C seria varrido por pandemias, cidades costeiras destruídas, florestas colapsadas e extensas áreas continentais impossíveis de serem habitadas pelos humanos devido ao calor extremo. Uma dessas regiões seria justamente Belém, sede da COP30. Há projeções científicas indicando que a cidade pode se tornar inabitável devido ao calor extremo já em 2070, caso ultrapassemos a barreira dos 2°C.

As projeções são ainda mais alarmantes quando observada a trajetória atual das emissões. De acordo com o PNUMA, as chances de limitar o aquecimento a 1,5°C já são nulas, e a probabilidade de mantê-lo abaixo de 2°C cai para apenas 8% se o mundo continuar no ritmo atual de mitigação.

Mesmo adotando plenamente as metas climáticas oferecidas até agora pelos países, a perspectiva não é animadora: as chances de estabilizar o aquecimento em 2°C até 2050 sobem para apenas 25% – um alerta contundente sobre a insuficiência das promessas e a urgência de ações mais profundas e imediatas.

O relatório reforça que a janela para evitar os piores cenários do colapso climático está se fechando rapidamente, enquanto governos seguem distantes das medidas necessárias e

planejam explorar ainda mais petróleo até a próxima década.

Na prática, os chefes do imperialismo e os grandes capitalistas já tomaram sua decisão: não evitarão a barbárie climática, mesmo que isso custe o assassinato e o genocídio de boa parte da humanidade. Só a superação do capitalismo e o controle social da produção poderá evitar o pior.



# Cúpula dos Povos reuniu milhares de ativistas na UFPA

*Direção governista, porém, transformou evento em apenas um espaço de debates sem enfrentamento direto com a COP30.*



ROBERTO AGUIAR,  
DIRETO DE BELÉM (PA)



*Painel dos lutadores da cidade e do campo organizado pela CSP-Conlutas*

Com o objetivo de dar voz aos que não foram ouvidos pelo evento oficial da ONU, a Cúpula dos Povos, realizada de 12 a 16 de novembro na Universidade Federal do Pará (UFPA), reuniu diariamente 20 mil pessoas em Belém. O espaço garantiu a participação dos povos diretamente afetados pela catástrofe climática. O PSTU participou ativamente, organizando mesas de debates e apresentando medidas alternativas radicalmente transformadoras, anticapitalistas, conectadas à luta por uma sociedade socialista.

Durante todo o evento, a militância do PSTU fez uso do encarte especial do Opinião Socialista (leia no QR Code ao lado), com a avaliação do partido sobre a COP30 e suas propostas diante da crise ambiental e climática, expressões

diretas de um sistema que vive da exploração e da desigualdade: o sistema capitalista.

## **ESPAÇO DE CONTRAPOSIÇÃO OU APÊNDICE DO ESPAÇO OFICIAL?**

Mais de 1.100 organizações assinavam a carta política de convocação e organização da Cúpula dos Povos. Avaliamos que é um espaço muito importante, pois o combate às mudanças climáticas requer escuta e protagonismo dos povos. Contudo, apesar da participação popular massiva, o espaço perdeu a oportunidade de aparecer para a sociedade como um contraponto radical à COP30. Isso aconteceu porque a maioria das entidades organizadoras tem ligação com o governo Lula.

Onde deveria haver um espaço de enfrentamento, de embate com o evento oficial, prevaleceu a busca por apresentar medidas que não enfrentassem o governo Lula nem o evento oficial da ONU. A ação final da Cúpula dos Povos se resumiu a entregar uma carta à presidência da COP30.

## **VOZES DISSONANTES**

Houve organizações que buscaram fazer com que a Cúpula dos Povos cumprisse seu papel de contraponto à COP30. O PSTU e a CSP-Conlutas foram parte desse time, organizando e apoiando atividades que debateram profundamente a catástrofe ambiental, a realidade dos povos das florestas (seringueiros, indígenas, quilombolas e ribeirinhos) e do campo. Apontaram medidas concretas e o caminho da luta a ser travada, de forma autônoma e independente dos governos e do grande capital.

Diversos povos indígenas, que hoje se mantêm independentes das organizações governistas, deram o tom radical da luta com protestos de ruas e com ocupação direta dos espaços oficiais da COP30, passando por cima de todo o esquema de segurança montado. O povo Munduruku fechou a entrada da Blue Zone, impedindo a entradas dos representantes dos países para as reuniões de negociação da COP30.

As duas ações radicais, protagonizadas pelos povos indígenas, que ganharam repercussão na imprensa mundial, aconteceram por fora da Cúpula dos Povos, já que a maioria das organizações governistas não queria nenhum enfrentamento direto. Mas querer não é poder. Tiveram vozes dissonantes que apontaram o caminho da luta, da mobilização, da ação direta, da autonomia e da independência frente aos governos. O PSTU foi uma dessas vozes.

---

Mesmo com as direções governistas tentando impedir críticas a Lula e à COP30, povos indígenas e organizações como o PSTU denunciaram a política destrutiva do governo contra o meio ambiente e os povos originários.

---

DO RIO AO MAR

## **A resistência palestina ecoou na Amazônia**

O apoio à resistência do povo palestino se fez

presente em Belém. Já na barqueata, que abriu oficialmente a Cúpula dos Povos, as bandeiras da Palestina tremularam em vários barcos que ocuparam às águas do rio Guamá e da Baía do Guajará. O PSTU esteve presente no barco da Coalizão Palestina.

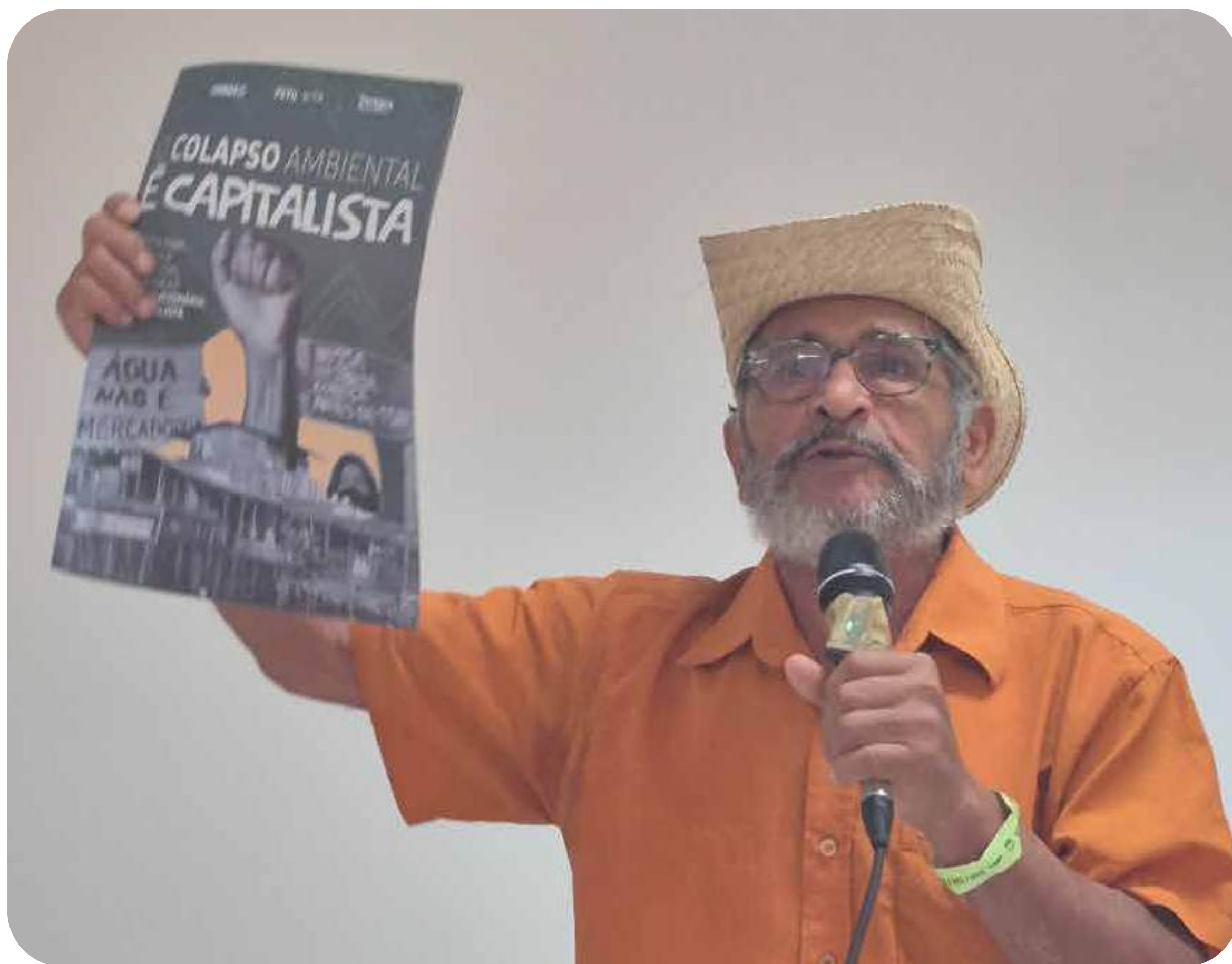
A jornalista palestina-brasileira, Soraya Misleh, militante do PSTU e da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), esteve presente na capital paraense, participou de mesas de debates, painéis e do festival cultural dedicado ao tema da Palestina.

A luta do povo palestino também teve destaque na Marcha Global pelo Clima. Também chegou aos espaços oficiais de debates da COP30. Apesar de Israel não ter enviado delegação ao evento climático da ONU, um representante desse país foi expulso sob os gritos de “Palestina livre”, emitidos por delegações latino-americanas, organizações indígenas e ativistas sociais.

“Não há justiça climática sem a libertação da Palestina. Estamos diante de um verdadeiro holocausto palestino realizado pelo Estado terrorista de Israel. Mata o povo palestino, rouba nossas terras e destrói o meio ambiente. Não existe justiça climática com apartheid e limpeza ética. Palestina livre do rio ao mar, já!”, disse Soraya Misleh em seu discurso na Marcha Global pelo Clima.

## CONTRAPONTO

# PSTU e LIT-QI defendem programa socialista e revolucionário frente ao desastre ambiental



*Painel “Movimentos sociais e auto-organização: qual a saída climática?”, com a participação de Osmarino Amâncio, líder seringueiro, Jeferson Choma, do canal Ecologia e Política Marxista (@eco.politicamarxista), e Soraya Misleh (@sorayamisleh), jornalista palestino-brasileira.*

O PSTU e a LIT-QI participaram da Cúpula dos Povos organizando mesas e painéis de debates próprios, paralelos à programação do evento, e apoiando também as atividades convocadas pela CSP-Conlutas.

A presença do partido se deu expressando nossa intervenção diária junto a povos indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e ribeirinhos, combinado com nosso trabalho político operário. Um exemplo são os trabalhadores da construção civil de Belém, que protagonizaram uma forte greve no mês de setembro, paralisando todas as obras, incluindo as da COP30.

Figuras públicas do partido que estão na linha de frente das lutas dos povos da Amazônia, alguns sofrendo perseguição e ameaças de morte, estiveram presentes: o líder seringueiro Osmarino Amâncio, do Acre; a indígena Raquel Tremembé, do Maranhão; a liderança camponesa, Erasmo Alves Teófilo, ameaçado de morte por grileiros na cidade de Anapú (PA). Eles cumpriram o papel, junto com outros militantes, de porta-vozes de nosso programa e compartilharam espaços com outras lideranças com grande expressão no movimento, a exemplo do indígena yanomami Davi Kopenawa.

---

## PARTIDO

### **Atividade de apresentação do PSTU reuniu dezenas de ativistas**

No último dia da Cúpula dos Povos, na sede campestre do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém, foi realizada uma atividade de apresentação do PSTU aos ativistas que vieram de diversas regiões da Amazônia e de outros estados brasileiros.

“Estivemos cinco dias juntos, atuando unitariamente, na defesa do meio ambiente, dos povos originários, das florestas, dos trabalhadores do campo e da cidade. Para nós do PSTU, para sermos vitoriosos por completo, essa luta tem que ser travada na perspectiva da tomada do poder pela classe trabalhadora, isto é, na perspectiva da superação do sistema capitalista, responsável pela catástrofe climática e social que vivemos hoje”, destacou Vera Lúcia, da direção nacional do PSTU.

Durante a plenária, ativistas de diversos setores da classe trabalhadora deram depoimentos sobre o papel do PSTU nas suas lutas e a importância do partido na combinação das batalhas diárias com a estratégia do socialismo.

A atividade foi seguida de apresentações culturais com grupos de rap e de carimbó para festejar a vitoriosa intervenção do partido na Cúpula dos Povos e o avanço do trabalho político junto aos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e seringueiros. É o partido revolucionário junto aos povos da Floresta Amazônica!

---

## MOBILIZAÇÃO

# **Marcha Global pelo Clima reuniu 70 mil pessoas nas ruas de Belém**

Um mar de gente tomou as ruas de Belém no penúltimo dia da Cúpula dos Povos, na Marcha Global pelo Clima. Foi bonito ver uma multidão levantando diversas pautas de lutas conectadas à defesa do meio ambiente.

A manifestação demonstrou a força dos movimentos sociais e poderia ser um grande momento de enfrentamento contra os governos e os grandes capitalistas. Mas a direção burocrática da Cúpula dos Povos conduziu a marcha com a política de paz e amor, sem ação de enfrentamento direto e com a presença de ministros do governo Lula discursando no carro de som. A ampla maioria das falas nos carros de som oficiais era de apoio ao governo, em modo campanha eleitoral antecipada.

## INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Aqui, mais uma vez, o PSTU deu um tom diferente. O partido integrou o bloco classista e independente organizado pela CSP-Conlutas e diversas outras entidades políticas e sindicais e movimentos sociais.

O bloco saiu em caminhada do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém até o Mercado de São Brás. Lá, com faixas e cartazes que denunciavam a catástrofe ambiental e todos os governos, incluindo o governo Lula, entrou na marcha principal, mantendo a coesão da coluna, de forma independente, com carro de som próprio.

Com uma faixa gigante, o PSTU denunciou a catástrofe ambiental do capitalismo e questionou o presidente Lula pela autorização da exploração de petróleo na foz do rio Amazonas.

---

## EM TEMPO REAL

### **Opinião Socialista realizou grande cobertura especial**

O Opinião Socialista esteve presente na Cúpula dos Povos em Belém. Realizamos uma grande cobertura especial em tempo real em nosso site e nas redes sociais.

Foram mais de 80 postagens específicas sobre a Cúpula dos Povos e a COP30, obtendo dezenas de milhares de curtidas e mais de 1,5 milhão de visualizações.

Você pode ver toda a nossa cobertura especial apontando a tela do seu celular para o QR-Code. ■

# ACESSE

APONTE A CÂMERA DO  
SEU CELULAR OU CLIQUE  
NO BOTÃO ABAIXO

[CLIQUE AQUI](#)



Marcha Global pelo Clima | Foto: Maisa Mendes

# Lula sanciona lei que proíbe linguagem neutra



SECRETARIA NACIONAL LGBTI+ DO PSTU



Presidente Lula | Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom - Agência Brasil

Lula sancionou a lei nº 15.263/25, originalmente proposta pela deputada Erika Kokay (PT-DF), para instituir a linguagem simples em documentos oficiais, facilitando a compreensão para quem não domina o jargão jurídico ou técnico. Porém, durante sua tramitação, foi incluído – e mantido pelo governo – um parágrafo que proíbe o uso da linguagem neutra, ignorando o amplo debate existente sobre a inclusão de pessoas trans e não binárias.

## **EM DEFESA DA LINGUAGEM SIMPLES E INCLUSIVA**

A adoção da linguagem simples na administração pública nasce de debates feitos por professores, linguistas e pela própria população falante do português. Seu objetivo é democratizar o acesso a documentos oficiais, tornando-os compreensíveis para quem não está familiarizado com o jargão jurídico ou burocrático, com o uso de frases mais diretas, menos tecnicismo, organização lógica das ideias. É uma pauta de inclusão social. O projeto, inclusive, recomenda – ainda que de forma tímida – que documentos destinados a povos indígenas sejam traduzidos para suas línguas, o que deveria ser obrigatório.

Em paralelo a esse debate, outro tema ganhou força nos últimos anos: a linguagem neutra. Embora a direita tente tratá-la como uma “moda”, ela é fruto de discussões antigas e corrobora a necessidade de uma linguagem simples e inclusiva. Linguistas feministas já denunciavam, há décadas, como o machismo se expressa nas estruturas dos idiomas com origem no latim: masculino como forma genérica, o plural controlado pelo masculino, títulos de poder sem equivalentes femininos e a ideia de que o feminino é sempre derivado do masculino. Essas marcas reforçam simbolicamente relações sociais reais de desigualdade e machismo.

Não é por acaso que grupos LGBTQIA+ e pessoas não binárias, que enfrentam a opressão capitalista no cotidiano, passaram a reivindicar alternativas linguísticas como o uso de termos mais gerais (“pessoas”, “camaradas”), pronomes neutros (“elu”, “delu”, “amigue”) e formas abertas em documentos (“Alun\_”). Essas práticas não violam a estrutura do

idioma; foram criados justamente para enfrentar o binarismo imposto como norma.

Como outras variedades reprimidas pelas elites, como dialetos rurais, caboclos, variantes regionais ou das periferias, sua rejeição deriva do fato de estar associada a um grupo oprimido e desvalorizado. A norma-padrão, apresentada como “normal culta”, é uma construção ideológica ligada às classes dominantes. Essa suposta unidade linguística serve para apagar a diversidade e reforçar hierarquias históricas, políticas e econômicas.

Reconhecer esse caráter político da língua não significa cair na ilusão pós-moderna de que o fato de mudar as palavras muda a sociedade. A opressão não nasce da gramática, mas da estrutura material do capitalismo. Ainda assim, a disputa simbólica importa porque fortalece a autoexpressão e a organização dos setores oprimidos. A linguagem neutra não é solução mágica, mas é ferramenta legítima de afirmação social. E exatamente por isso é atacada pela direita.

### **A DIREITA QUE AGORA “AMA GRAMÁTICA”**

O destaque apresentado pelo deputado bolsonarista Junio Amaral adicionou ao projeto uma proibição explícita ao uso de “novas formas de flexão de gênero”, sob argumento de que isso “fere a clareza e inclusão social”. Pura falácia: leitores de tela leem normalmente essas formas, pessoas surdas já possuem sinais não marcados por gênero; além do que é um pouco óbvio, mas precisamos dizer, que pessoas pobres e com menor escolaridade também são transgênero e não binárias.

O que está em jogo não é gramática. É política. Desde 2020, a extrema direita tem apresentado dezenas de projetos para proibir a linguagem inclusiva em escolas e repartições públicas. Trata-se de mais uma pauta moral para atacar os setores oprimidos e disciplinar a cultura e os corpos em nome de um projeto conservador autoritário, para reforçar sua guerra ideológica contra pessoas trans e não binárias.

### **APROVAÇÃO DE LULA É UM ATO “DESATENTO”?**

A proibição não foi obra exclusiva do bolsonarismo. No Senado, o relator Alessandro Vieira (MDB-SE), da base do governo, manteve o ataque sem contestação. Na volta à Câmara, a relatora Lídice da Mata (PSB-BA), também governista, reafirmou o texto. Lula poderia vetar apenas o parágrafo discriminatório – e não o fez.

Após a repercussão, Erika Kokay tentou isolar a responsabilidade na extrema direita, mas os fatos mostram a cumplicidade da base do governo: aprovaram, chancelaram e, por fim, deixaram o presidente sancionar. Pior: setores governistas defendem a proibição como algo “sensato”, reforçando um ambiente de retrocesso e hostilidade às pautas LGBTQIA+; a desculpa da “correlação de forças” cai quando o presidente tinha a caneta na mão.

### **INDEPENDÊNCIA DE CLASSE CONTRA O RETROCESSO**

A repressão à linguagem neutra integra a guerra cultural da direita contra qualquer questionamento ao binarismo, buscam impedir que nossas existências sejam nomeadas.

Ao sancionar a lei e em outras concessões – nome morto em RGs, manutenção do campo “sexo”, engavetamento da política de saúde trans, esvaziamento do Conselho LGBTQIA+ – o governo Lula mostra que nossas pautas não são prioridades. Não aceitaremos a chantagem do “pior seria Bolsonaro”: o ataque ocorre agora, por este governo. A resposta precisa vir com independência de classe, denunciando cada retrocesso e organizando os setores oprimidos contra a extrema direita e contra a conciliação que sacrifica nossas vidas. ■

---

Linguagem neutra não é solução mágica, mas ferramenta legítima de afirmação social. Por isso é atacada pela extrema direita

---



PALESTINA

# Resolução da ONU é sinal verde para genocídio e limpeza étnica na Palestina



SORAYA MISLEH,  
DE SÃO PAULO (SP)



Unicef/Mohammed Nateel Crianças continuam morrendo em Gaza

Em uma vergonhosa votação no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), foi aprovada, em 17 de novembro, a Resolução 2.803, que cria a Força Internacional de Estabilização em Gaza e prevê o desarmamento da resistência palestina. Avaliza-se, assim, a tutela estrangeira do território palestino, sob a chefia de Trump. Um sinal verde para a continuidade do genocídio e limpeza étnica na Palestina.

Com a resistência refutando corretamente essa resolução indecente e inaceitável, Israel encontra

agora a desculpa ideal para seguir em sua busca de solução final de extermínio do povo palestino na contínua Nakba – catástrofe, cuja pedra fundamental é a formação violenta deste Estado racista e colonial em 78% da Palestina histórica em 15 de maio de 1948.

Apesar de reunir um rico repositório de documentos que servem para denunciar o genocídio, a limpeza étnica, o apartheid e a colonização da Palestina, bem como um corpo de especialistas sérios em seus comitês e organismos, como a relatora de direitos humanos para os territórios palestinos ocupados, Francesca Albanese, da ONU não virá a paz com libertação e justiça, mas somente a paz dos cemitérios.

### **A MENTIRA DO CESSAR-FOGO**

A Resolução 2.803 se refere ao andamento do Plano Abrangente dos Estados Unidos para o Fim do Conflito em Gaza, destinado a fazer avançar a segunda fase do falacioso cessar-fogo. Uma piada de mau gosto, já que Israel é o enclave militar do imperialismo. Os EUA, que se apresentam como arautos da paz, fornecem bilhões de dólares e as armas para o genocídio e a limpeza étnica, ao lado das potências europeias.

Se a pausa nos bombardeios massivos representou algum alívio ao povo palestino em Gaza diante de um holocausto, por outro lado se revela o que Francesca Albanese caracterizava já no início: no dicionário israelense, cessar-fogo significa “you cease, I fire” – em português, vocês [palestinos] cessam, eu atiro.

Desde que a primeira etapa de troca de prisioneiros

foi implementada em 10 de outubro, Israel já violou o cessar-fogo cerca de 500 vezes, matando mais de 340 palestinos e ferindo mais de 800, a maioria mulheres, crianças e idosos. A imposição da fome e a total falta de condições de vida continua. O Estado genocida avança na linha que a resistência se viu forçada a acatar como temporária de controle direto de 53% do território de Gaza. Persiste a criminosa restrição de entrada de ajuda humanitária. Mais de 288 mil famílias vivem nas ruas ou em barracas precárias e improvisadas em meio ao inverno e chuva rigorosos, diante de cerca de 90% da infraestrutura destruída pelos bombardeios sionistas.

### **RESOLUÇÃO DA VERGONHA**

A resolução foi aprovada por 13 votos e duas abstenções – de China e Rússia, que tinham poder de veto, mas não o usaram.

Dois dias antes, noticiou-se que o primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, e o presidente da Rússia, Vladimir Putin, conversaram por telefone sobre o andamento do acordo de cessar-fogo mediado por Trump. Ambos são alvo de mandados de prisão emitidos pelo Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes de guerra, respectivamente na Ucrânia e em Gaza. Crimes que continuam praticando impunemente.

A Rússia chegou a apresentar um plano alternativo ao de Trump, afirmando que o texto da resolução aprovada não fazia avançar a criação de um Estado palestino. Mas nada fez de fato para impedir que o plano Trump passasse, evidenciando que sua preocupação era apenas com se posicionar diferente, como parte do jogo de narrativas na

disputa imperialista, e não impedir o extermínio do povo palestino. Já a China, um dos principais parceiros comerciais de Israel, reclamou da resolução, mas lavou as mãos.

Nenhuma surpresa com o papel nefasto dos diversos regimes árabes em apoiar a resolução, nem mesmo da gerente da ocupação, a Autoridade Palestina (AP), que de modo vergonhoso saudou o plano Trump para Gaza. Conferiu, assim, uma tintura palestina para a cumplicidade internacional com a tentativa de solução final por Israel na contínua Nakba.

### **FORTALECER A SOLIDARIEDADE**

Os inimigos são poderosos, mas a crise imposta a eles pela solidariedade internacional em níveis sem precedentes em meio ao holocausto palestino mostra que não são invencíveis.

Contra tudo isso, as ações em nível global, em 28 e 29 de novembro – Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino –, ganham sentido de urgência. Além de ampliar a campanha central de BDS (boicote, desinvestimento e sanções) a Israel para isolar o Estado genocida e afetar, portanto, as bases materiais que o sustentam.

Impedir a solução final na contínua Nakba não passa pela ONU, mas pelo engajamento à causa palestina, diante de sua centralidade na luta internacionalista, anti-imperialista e anticolonial. Como ensinou Kanafani, “a causa palestina não é apenas uma causa dos palestinos, mas dos revolucionários, das massas oprimidas e exploradas na nossa era”.

Portanto, às ruas! Até a Palestina livre do rio ao mar! ■

20 DE NOVEMBRO

# **Dia de luta da Consciência Negra reforça debate sobre violência policial e cobra reparação histórica**



SECRETARIA DE NEGRAS E NEGROS DO PSTU

No mês de novembro, diversas manifestações e lutas contra o racismo e a violência do Estado se intensificaram no Brasil, em especial em relação à violência policial contra a população negra, pobre e das periferias. As recentes chacinas no Rio de Janeiro foram denunciadas, assim como a criminalização das comunidades de morros e favelas.

A reparação histórica da escravidão foi um tema central em várias iniciativas, incluindo a COP30, na qual se destacou a luta pela titulação e regularização das terras quilombolas e indígenas. Ativistas reclamaram das incoerências nas políticas dos governos, que continuam a beneficiar grandes empresas em detrimento das populações mais vulneráveis e gerando caos climático.

Em São Paulo, capital, ocorreu a Marcha da Consciência Negra na Avenida Paulista, reunindo centenas de ativistas de diferentes organizações, partidos e movimentos de luta contra o racismo. “Estamos aqui para denunciar a violência do Estado contra a juventude negra e a população negra em geral”, afirmou Vera Lucia, da Direção Nacional do PSTU e da Secretaria de Negras e Negros. Vera denunciou o PL Antifacção e a política de chacinas dos governadores Tarcísio de Freitas (SP) e Cláudio

Castro (RJ), além de exigir do governo Lula políticas concretas em prol da reparação histórica da escravidão.

Israel Luz, do Comitê Brasilândia em Luta, também denunciou a violência policial e exigiu justiça a jovens negros assassinados pela polícia, como Matheus Menezes. No próximo dia 29 de novembro, ocorre a XI Marcha da Periferia, na Brasilândia, sob o lema “Nossas vidas importam! Queremos Justiça, Saúde, Educação e Direito ao Futuro”.

Em **Porto Alegre**, a manifestação “Povo Negro contra chacinas nas periferias e na Palestina” ocorreu na Esquina Democrática e reuniu diferentes grupos sociais. A atividade promoveu a luta contra o racismo como uma responsabilidade conjunta de negros e brancos da classe trabalhadora, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Em **São José dos Campos**, um ato foi realizado em 20 de novembro, que incluiu apresentações culturais e distribuições de material informativo sobre a reparação. No dia seguinte, uma palestra destacou a importância da ancestralidade e a luta pelo fim do genocídio do povo negro.

Na região do **ABC Paulista**, a IV Marcha da Consciência Negra abordou a necessidade de reparação histórica e combate ao racismo institucional, com a participação de diversos grupos e sindicatos. Durante a marcha, foram criticadas a violência policial e outras formas de opressão dirigidas à juventude e à população negra.

No **Rio de Janeiro**, a XIV Marcha da Periferia repudiou o genocídio da população negra e exigiu o

fim das chacinas e das operações policiais. Os manifestantes pediram a responsabilização do governador do estado por crimes contra as comunidades, afirmando que a paz só será alcançada com a erradicação das raízes do capitalismo e do racismo.

Em **São Luís (MA)**, o ato ocorre no próximo dia 30 de novembro. Será a XIX Marcha da Periferia, no Quilombo Liberdade. A concentração começa às 16h, no Viva da Fé em Deus.





RIO DE JANEIRO (RJ)



BRASILÂNDIA (SP)



---

## INTERNACIONALISMO

# A luta de negros e negras no Brasil e no mundo

As manifestações também ocorreram em nível internacional, como no debate sobre os 50 anos da independência de Angola, em que foi discutida a necessidade de uma nova luta pela democracia e contra a ditadura do MPLA.

Em Belo Horizonte, um seminário internacional sobre reparação da escravidão trouxe à tona a importância de entender a história da escravidão para enfrentar os desafios atuais.

O ativista Elias Alfredo destacou: “A questão da reparação é crucial para restaurar direitos e melhorar as condições de vida do povo negro”. Ele enfatizou que “a libertação da população negra ainda não foi alcançada, tanto no Brasil quanto no continente africano, devido à persistência do imperialismo e das desigualdades”. Elias também

ressaltou a necessidade de titulação das terras quilombolas e o combate à exploração dessas áreas e dos recursos africanos.



*Elias durante debate em Belo Horizonte*

---

## BRASÍLIA

# Marcha das Mulheres Negras: suas lutas e contradições

No dia 25, milhares de mulheres negras de todo o Brasil participaram da II Marcha Nacional das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, ocupando a Esplanada dos Ministérios. Elas destacaram a necessidade de combater o racismo, a violência de gênero e a precarização da vida que afetam mulheres negras e pobres no país. A marcha também pediu reparação histórica pela escravização, demarcação de territórios quilombolas e indígenas, além de melhores políticas de habitação, emprego, educação de qualidade e saúde.

“Queremos construir uma marcha independente de governos, patrões e burocracias e que respeite nossa história.” Segundo Suzy Negrita,

pedagoga, professora da rede estadual do Pará, do PSTU, Quilombo Raça e Classe e Movimento Mulheres em Luta, as participantes enfatizaram que desejam uma marcha independente de governos e patrões, ressaltando que o bem viver das mulheres negras da classe trabalhadora depende de uma reparação que desafie as bases do capitalismo e faça avançar a luta por uma sociedade socialista.

Estábulos como alojamento, falta de organização, estrutura burocrática e machista Suzy Negrita ainda relatou seu repúdio às condições a que algumas delegações foram expostas: “Durante a preparação da marcha, surgiram dificuldades, como alojamento insuficiente e uma organização excessivamente burocrática. Houve relatos de condições deploráveis, como estábulos sendo usados para alojamento. Isso gerou revolta entre as mulheres, que não aceitaram o desrespeito e reivindicaram a luta em respeito às suas ancestrais. A direção da marcha deve se retratar urgentemente sobre essa situação inadequada de acolhimento”, disse, finalizando seu repúdio, solidariedade e exigência de respeito a todas as mulheres no evento.

Em resumo, as manifestações do Mês da Consciência Negra e eventos associados em novembro chamaram a atenção para questões de racismo, violência policial e reparação histórica, destacando a luta do povo negro no Brasil e sua conexão com as lutas ao redor do mundo. As atividades reforçaram a importância da justiça social e a luta contra a opressão em suas várias formas. ■

“Queremos uma marcha independente de governos, patrões e burocracias e que se respeite nossa história”



*Marcha em Brasília*



*Marcha em Brasília*

HOMENAGEM

# A rebeldia necessária de Jards Macalé (1943-2025)

 JÚLIO ANSELMO,  
DA REDAÇÃO



Foto: Erick Dau

“Maldito. Louco. Incompreensível.” Conheci os adjetivos antes de conhecer Jards Macalé. Quando ouvi, entendi. A voz esquisita, quando não gritos, o violão torto, a estética desajustada... O conjunto soava chocante. Não no sentido de provocação vazia, mas de arte genuína, que desorganiza o que você espera ou está acostumado. Se já surpreende um jovem dos anos 2010, imagine nos anos 1970.

Em 2012, vivíamos uma das maiores greves estudantis nas universidades federais. Assembleias de milhares na UFRJ, um comando nacional organizado pela base e grandes atos em Brasília. O governo Dilma atacava novamente a educação e precarizava a assistência estudantil. Depois de meses de luta, parecia que todas as táticas tinham se esgotado. Surgiu então a ideia que incendiou nossa imaginação: ocupar o Canecão.

Para quem não é do Rio, o Canecão era uma tradicional casa de shows da Zona Sul, fechada e abandonada, mas construída em terreno da UFRJ. O movimento estudantil defendia que se tornasse um espaço público de cultura, fora da lógica mercantil que sempre o governou.

Dentro do prédio, começamos a organizar apresentações. Algumas pequenas, outras improvisadas. Mas nada se compara ao show de Jards Macalé. Quando seu nome apareceu, a reitoria, o governo e parte da imprensa reagiram com pânico. Memorandos pediam que ele não fosse. Reportagens anunciavam riscos. Tudo para deslegitimar o movimento.

Eu temia que ele cancelasse. Mas no dia marcado ele estava lá, sereno, só voz e violão. Abriu com “Contrastes” e, ao fim do verso “Quanto mais longe do circo, mais eu encontro palhaço”, completou: “Essa vai para o reitor de vocês”. Depois, em entrevista ao jornal O Globo, foi direto: “Sempre estive ao lado dos estudantes e continuarei. O que a universidade quer, com atitudes como essa, é impedir os estudantes de se manifestarem livremente. Se dizem de esquerda, mas são sempre de direita”.

Aquela noite simbolizava mais que um reencontro de Jards com o movimento estudantil. Talvez já mostrava um ajuste de contas tardio entre o país e um artista que por décadas esteve à frente de seu tempo. Afinal, após a década de 2010, vários jovens desta geração redescobriram Jards Macalé e o colocaram na prateleira que merece. O disco de 1972, ignorado na época, hoje é tratado como obra-prima. Canções foram regravadas por novos artistas com novas interpretações, culminando na composição e no lançamento de dois discos com músicas inéditas.

Talvez estivesse pronto para enfrentar o monstro que reaparecia e assim, depois de mais de 20 anos sem inéditas, em pleno governo Bolsonaro, lançou Besta Fera em 2019, recheado de críticas políticas. E lançou um último disco em 2023, Coração Bifurcado.

A história de Jards como de todos os gênios é a história do confronto. Recebeu aplausos e muitas vaias. O capitalismo transformou a arte em produto, formatando tudo para ser fácil, previsível e lucrativo. Quanto mais tudo é pasteurizado, mais o público se acostuma à repetição e menos tolera aquilo que desafia. O choque que antes podia abrir espaço para reflexão agora tende a virar rejeição quase imediata, porque o sistema habituou as pessoas a consumir, não a confrontar ou se deixar transformar pela arte.

Vaiado no IV Festival da Canção em 1969 com a impressionante “Gotham City”, crítica à ditadura, viu o rótulo de maldito se difundir. Em 1970, seu EP foi recusado nas lojas. Em 1972, seu disco com outro gênio, Lenny Gordin, foi retirado de

circulação. Em 1973, organizou o histórico Banquete dos Mendigos, cercado pela repressão. Jards ainda produziu, tocou violão em todas as faixas e foi diretor musical do disco mais importante dos anos 1970 e obra-prima de Caetano Veloso (na minha opinião): Transa. Como desgraça pouca é bobagem, não teve sua participação creditada no disco. Gal Costa teve um papel importante na popularização de várias canções compostas por Jards, como a icônica interpretação de “Vapor Barato”, “Mal Secreto”, “Hotel de Estrelas”, dentre outras.

Transitava entre universos musicais distintos. Certa vez um entrevistador perguntou a ele: “Num dia Bethânia, no outro um pouco do tropicalismo, de repente o Ciro Monteiro ao teu lado, no outro Moreira da Silva. Qual é a tua?” E ele respondeu: “A minha é música. Brasileira. Eu sou um brasileiro, portanto é música brasileira”.

É uma música de vanguarda, sem o elitismo e a pretensão dos autoproclamados gênios, reis do próprio nicho beirando a esterilidade. Jards não cria muros ou cercas à sua música. Na verdade, ele explode tudo que ameaça a liberdade criativa. Gostava de dizer que só fazia o que queria. Algo tão simples quanto profundo para um artista vivendo no capitalismo.

Jards Macalé partiu no dia 17 de novembro, aos 82 anos. Sua obra, porém, já é atemporal. As novas gerações continuarão se alimentando de sua música e lutando para libertar a arte e a vida destes que controlam os meios de produção. ■